

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/16 CONCORRÊNCIA Nº 06/16**

Aos 15 dias do mês de junho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 06/16, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em 14/06/2016, e publicada na imprensa em 15/06/2016, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Itens 2, 3, 4, 8, 10, 13, 14, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 37, 38, 51, 53, 54, 55, 60, 65, 68, 72, 74, 85, 86, 88, 93, 95, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 108, 115, 116, 117, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 156, 161, 162, 167: SUPERMERCADO SACOLÃO VERDE LTDA, CNPJ Nº 00.749.043/0001-74, com sede na R. Botucaraí, nº 815, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. MARCOS RODRIGO MAINARDI, portador da RG nº 5050406395 e CPF nº 614.067.670-34;

### **1 – OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 06/16, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

### **2 – VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

### **3 – CONTRATO**

Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.14.

### **4 – PREÇOS**

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

## **5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO**

5.1 – As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores.

5.2 - Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento do empenho nos locais abaixo relacionados, e de acordo com o que constar nos empenhos:

- Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestão Municipal do SUAS e PBF: Rua Pinheiro Machado, 463 – (51) 3743-8161;
- CRAS Aconchego: Rua Botucaraí, 1601 – Bairro Ewaldo Prass – (51) 3743-1002;
- CREAS Cuidar: Av. Marechal Deodoro, 326 – Centro – (51) 3743-8137;
- Centro Social Amigo da Criança: Rua Botucaraí, 2011 – Bairro Ewaldo Prass – (51) 3743-8123;
- CASA LAR: R. Pinheiro Machado, 633 – Bairro Centro.
- Secretaria Municipal de Saúde: Rua 20 de Setembro, 1239 – Bairro Centro;
- Almoxarifado Central da Prefeitura: Rua Lopes Trovão, 610 – Bairro Centro;
- Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal da Fazenda e Coordenação Econômica, Secretaria Municipal de Planejamento, Gabinete do Prefeito, sito à Avenida Pereira Rego, 1665;
- Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, sito a Rua Botucaraí, 1025;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sito à Rua Botucaraí, 977;
- Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Esporte, sito à Avenida Pereira Rego, 1000;
- Secretaria Municipal da Indústria , Comércio e Habitação, sito à Avenida Pereira Rego, 1860.

5.3 - O pagamento será efetuado a vista, após a entrega dos produtos e conferência pelo Setor Competente.

## **6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “e)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por

correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **7- PENALIDADES**

7.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

7.1.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos itens previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **8. FISCALIZAÇÃO**

8.1 – Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

8.2 – Os funcionários do setor de compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

8.3 – As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

## **9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

9.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;

- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

## 10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

## 11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. MARCOS RODRIGO MAINARDI, portador da RG nº 5050406395 e CPF nº 614.067.670-34 representando a EMPRESA REGISTRADA.

Candelária, 15 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO BUTZGE  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARCOS RODRIGO MAINARDI  
Representante da empresa

Testemunhas:

.....

.....